

A PESQUISA EM CIDADES PEQUENAS

Mitsi Pinheiro de Lacerda
Universidade Federal Fluminense – UFF

Resumo

O crescimento do ensino superior no Brasil incluiu o projeto de interiorização, alcançando municípios de pequeno porte que, até bem recentemente, não faziam parte dos interesses dos pesquisadores. A grande maioria dos municípios brasileiros é constituída por cidades pequenas, e nelas pesquisas são conduzidas por estudantes de graduação e pesquisadores experientes, embora ainda sejam escassas as discussões sobre este *espaçotempo*. O objetivo deste artigo é estabelecer uma conversação com este novo quadro, buscando compreender a especificidade da pesquisa em educação que toma a cidade pequena como campo de estudo. O artigo está dividido em duas seções, sendo que primeiramente são consideradas a natureza e temporalidades das cidades pequenas. A seguir, é discutida a entrada do observador externo e sua aproximação das redes complexas que tecem as relações no lugar, sinalizando procedimentos metodológicos pertinentes aos estudos. A conclusão do ensaio aponta para que os estudos incluam preocupações epistemológicas acerca da inserção do pesquisador e que os significados locais sejam conhecidos para que a complexidade da vida em cidades pequenas possa revelar a imensidão contida no materialmente pequeno.

Palavras-chave: cidades pequenas; pesquisa; redes.

Abstract

The increment of higher education in Brazil included the internalization project, covering small municipalities that, until recently, were not part of the interests of researchers. The vast majority of Brazilian municipalities are small towns where researches are conducted by graduate students and experienced researchers, although discussions about this *spacetime* have been still low. The purpose of this article is to establish a conversation with this new configuration and understand the specificity of educational research that brings the small town as a field of study. The article has two sections. At first, are considered the nature and temporality of small towns. Afterwards are discussed the entry of external observer and his approximation of the complex networks, and also the methodology. The conclusion points to inclusion of epistemological reflexions about the researcher and says that local meanings are complex. By the end, the researches in small towns can reveal the immensity included inside the small.

Keywords: small towns; research; networks.

Introdução

*Gosto das pequenas cidades
Que não vêm no mapa
Mas os mapas vêm nelas.*

Boaventura Santos

Clichê da grande divisão, a dicotomia entre provinciano e cosmopolita é proveniente daquilo que o primeiro é acusado de não saber e possuir, ao mesmo tempo em que a legitimidade do conhecimento, o refinamento do “gosto” e a posse de bens são atribuídos ao outro. A valoração dos fatores que justificam esta distinção ao cosmopolita repousa sobre bens materiais e simbólicos que os sujeitos herdaram, e por sua capacidade de manutenção e reprodução. A inventividade cotidiana da vida não é inclusa no edifício desta dicotomia, pois se o fosse, tal divisão não existiria.

A lógica cartesiana inscreveu, em todo o tecido social, uma ideia universal segundo a qual o pensamento deve percorrer uma ordem linear e evolutiva, partindo de um nível inicial e simples, até um nível superior e pleno. Esta ideia, além de ser absorvida pelos sujeitos em particular, também impregna projetos sociais, culturais, políticos, econômicos, educacionais, religiosos e outros. É a ideia do gráfico ascendente, onde a realidade deve ser observada, fragmentada, classificada e controlada, até que a análise profira uma verdade conclusiva que direcione a normatização do outro.

A aplicabilidade destes procedimentos incide tanto sobre coisas quanto sobre pessoas, sendo que as pessoas são usualmente expostas a estes mecanismos: elas podem, a princípio, serem consideradas “menores”, aquéns da normalidade, beaguins; depois, serem condescendentemente convidadas a se “tornarem melhores”. Neste grupo passível de ser “reformado”, costumam ser inclusos índios, moradores de rua, mães que trabalham em casa, mães que trabalham fora, homossexuais, trabalhadores nordestinos, dançarinas de *funk*, os pobres em geral, negros, mulheres, pessoas que pintam os cabelos de roxo, deficientes, cantores de pagode, obesos, magros, gente que mora na roça, idosos, pessoas que palitam os dentes, carecas, cabeludos, tatuados, crianças que falam muito, crianças que falam pouco, habitantes de cidades pequenas, trabalhadores braçais, suburbanos, analfabetos e tantos outros, ou quase todo mundo. A eles, são oferecidas apenas duas alternativas: esforçarem-se para se assemelharem ao outro, ou resignarem-se a serem produzidos como inexistentes (Santos, 2006). Ou se iguala, ou desaparece.

Ambas as alternativas requerem o apagamento dos sujeitos, mas é a própria existência deste projeto que contribui para o escape. Informados pela experiência, alimentados pela necessidade e encorajados pelo desejo de si, muitos sujeitos fogem às regras hegemônicas ampliando possibilidades que conseguem inventar. São estas possibilidades inventadas – às quais Certeau (nascido em Chambéry, uma pequena cidade francesa) – nomeia como “táticas de praticantes” (1994). Estas “táticas” subtraem a força dos mecanismos de colonização, opressão e subalternização. São elas que impedem a dicotomia plena do

mundo, e é a partir delas que deveríamos aprender. Como compartilhou Paulo Freire, “[...] é *escutando* que aprendemos a *falar com eles*” (1997, p. 127, grifos do autor) e, mesmo que as vozes do mundo sejam diversas (Santos, 2009), entre elas há algo em comum: são vozes ditas pelos próprios sujeitos da ação social.

É curioso pensar que há aproximadamente quinhentos anos, nos entregamos ao projeto de conhecer o mundo para dominá-lo, e que o resultado deste projeto tenha sido a produção de um modelo hegemônico, sustentado pela ignorância de como o mundo se produz através das façanhas dos praticantes. Dentre tantos ilustres desconhecidos, meu interesse repousa sobre os habitantes das cidades pequenas, e minha curiosidade persegue os movimentos impressos neste *espaçotempo*. O objetivo deste artigo é estabelecer uma conversação com esta curiosidade, buscando compreender a especificidade da pesquisa em educação que toma a cidade pequena como campo de estudo. Confesso que iniciei este artigo previamente consciente de sua limitação, pois falar do que é fisicamente pequeno requer que sejam esmiuçados detalhes que demandam descrições densas e passos lentos. Ou, como disse Saramago, “é preciso andar muito para alcançar o que está perto” (1997, p. 69) e andar muito nos limites de um texto, intensifica a atenção a cada pegada.

Antes de iniciar a conversação sobre as pesquisas em educação desenvolvidas em cidades pequenas, insiro um brevíssimo panorama sobre o crescimento do ensino superior e da pesquisa no Brasil, assim como apresento, minimamente, alguns aspectos geopolíticos referentes aos municípios de pequeno porte brasileiros. O aumento da oferta de ensino superior no Brasil, nos últimos anos, afetou o crescimento de estudos realizados em pequenas cidades, o que justifica as reflexões postas neste artigo.

Segundo Martins (2002), as primeiras escolas de ensino superior brasileiras surgiram em 1808, desenvolvendo-se timidamente até o final do século XIX, quando eram contabilizadas 24 instituições. Posteriormente, faculdades privadas foram criadas pelas elites locais e entidades confessionais, expandindo a oferta. Por volta da década de 1920, o ensino superior era oferecido em faculdades isoladas, sendo que a primeira universidade brasileira também foi criada a partir da aglutinação destas escolas. Após um período em que a missão do ensino superior foi a de se dedicar ao ensino, a reforma de 1968 institucionalizou a pesquisa, incentivando a pós-graduação. Para o autor, os custos com a pesquisa comprometeram a expansão do ensino superior público, ampliando ainda mais o crescimento de instituições particulares. Na década de 1970, havia um número considerável de instituições de ensino superior no Brasil, mas poucas delas eram públicas e voltadas à indissociabilidade entre pesquisa, extensão e ensino. Este autor informa que a interiorização do ensino superior teve início na década de 1950, em faculdades privadas e focadas no ensino – eram, portanto, instituições sem aderência à pesquisa. Na primeira década do ano 2000, após o projeto público federal de expansão do ensino superior (REUNI), a criação de novos *campi*, no interior do país, tem alterado de forma expressiva o panorama educacional brasileiro. Municípios de pequeno e médio porte, onde a terminalidade da escolarização de grande parte dos jovens repousava na educação básica, passam a acolher a implantação de *campi* universitários. Em alguns destes *campi*, o trabalho coletivo tem resultado na criação de programas de pós-graduação, contribuindo junto à produção de conhecimentos de

natureza local e intensificando as relações entre universidade e comunidade.

A realidade do ensino superior no Brasil, portanto, tem sido alterada nos últimos anos. Dados do MEC/INEP (2009) informam que, em 2002, havia 195 instituições públicas de ensino superior (universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais) e, em 2013, foram registradas 301 instituições. Quanto aos estudantes das instituições públicas, em 2003 havia 1.176.174 alunos matriculados e, em 2013, este número saltou para 1.932.527 – um aumento de 61% no número de ingressantes. Nestes dados foi considerada somente a educação pública; porém, incluindo as modalidades de financiamento de estudos oferecidas pelo governo federal (FIES, PROUNI) para estudantes matriculados na esfera privada, é sabido que, dentre os mais de cinco milhões de estudantes de instituições particulares, um número expressivo é beneficiado com auxílio público. Os últimos dados do INEP informam que, apenas no período compreendido entre 2011 e 2012, as matrículas na rede pública tiveram crescimento de 7,0% (MEC/INEP, 2014).

Não obstante os dados não especifiquem as matrículas no interior do país, sua expansão permite considerarmos que a oferta de ensino superior – e, por conseguinte, a pesquisa científica – começa a acontecer mais sistematicamente em pequenas cidades brasileiras. No Brasil, aproximadamente 90% dos municípios têm até 50.000 habitantes, porém, em contrapartida, nessa maioria vive a minoria, ou seja, em 90% dos municípios vivem perto de 33% dos brasileiros, algo em torno de 64 milhões de habitantes. Os outros 67% da população, quase 127 milhões de pessoas, se encontram em municípios com mais de 50.000 habitantes (IBGE, 2010).

Embora a maioria dos municípios brasileiros sejam cidades pequenas, a pesquisa científica costuma ser desenvolvida em grandes centros que, até bem recentemente, concentravam a oferta de ensino superior. Um levantamento mínimo e aleatório dos produtos de pesquisa em educação revela que a grande maioria dos estudos foi desenvolvida em metrópoles, uma vez que os programas de pós-graduação são majoritariamente oferecidos em cidades de grande porte. Segundo Gonçalves (2005), o expressivo número de “pequenos núcleos urbanos” não tem interferido nas opções dos pesquisadores ao selecionarem seus campos de estudos. Em geral, os estudos restringem-se a contextos metropolitanos, minimizando a produção de formulações teóricas e metodológicas que ofereçam suporte às análises empreendidas em cidades pequenas. Tomando por empréstimo uma discussão posta sobre a escola por Ezpeleta e Rockwell (1986), podemos sugerir que a realidade das cidades pequenas é ainda uma realidade não documentada e, portanto, desconhecida.

Quando passei a me interessar pela especificidade do estudo em cidades pequenas, busquei referências que me autorizassem a nomear como “pequena”, a cidade (Lacerda, 2014). Observando alguns estudos em Geografia, verifiquei que não há um consenso a respeito da categorização das cidades pequenas, e parece que estas cidades não são recorrentes nos interesses dos pesquisadores. Em breve incursão pela biblioteca eletrônica *SciELO*, a busca pelo assunto “cidades pequenas”, apresenta apenas dois trabalhos; o assunto “pequenas cidades” mostra um trabalho e ao digitar “cidades de pequeno porte”, o *site* não resulta nenhum trabalho. Já no *site* de buscas *Google*, que poderia trazer artigos de outras

bibliotecas e trabalhos apresentados em eventos científicos, os resultados foram também bastante tímidos. Endlich (2011) afirma que o estudo das/nas pequenas cidades é algo recente e que praticamente não existem formas de categorizar estes municípios, pois o tema parece não interessar aos pesquisadores brasileiros. Embora não seja objetivo deste artigo realizar um levantamento do quantitativo de estudos interessados na temática da cidade pequena, esta observação mínima coaduna com o conteúdo dos poucos resultados encontrados: a de que a produção sobre cidades pequenas, no Brasil, ainda é incipiente.

No Brasil, o critério para se denominar uma localidade como "urbana" é que a mesma seja sede de município – cidades, portanto, são as sedes municipais. Em todos os outros países do mundo é feita uma "combinação de critérios de tamanho, densidade da população, e da sua localização" (Veiga, 2003, p. 23). É bastante ambíguo, portanto, inferir que uma cidade é pequena considerando somente o número de habitantes. Para que se possa adjetivar uma cidade como pequena, seria preciso considerar variáveis tais como o tamanho de seu território (coisa complicada, dadas as diversidades regionais e locais), além da densidade de sua população que, sozinha, não diz muito, pois que depende da localização da mesma.

Conceitualizar uma cidade pequena é, portanto, uma tarefa ainda em andamento para os estudiosos que se dedicam ao tema. Sem optar por quaisquer das definições encontradas, minha escolha foi por compreender, com Santos (2002), que “a configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (p. 62). Ora, parece que quando as pessoas se referem à cidade onde vivem, não observam a extensão de seu território, e sim a complexidade econômica, política e social no interior da qual se processa sua cotidianidade. Como moradora de uma cidade pequena, quando penso em uma cidade com mais de dez milhões de habitantes, como São Paulo, meu pensamento não se dirige ao tamanho do lugar, mas à percepção de mim mesma no interior de um fluxo complexo. Não consigo imaginar a cidade sem me inserir neste quadro. Quando penso em uma cidade pequena, realizo o mesmo procedimento e imagino a mim mesma neste lugar, onde também percebo seu fluxo complexo. O que diferencia as tramas de complexidade da cidade grande e pequena, a partir do meu olhar de observadora, não é a dimensão territorial da cidade, mas a percepção de mim mesma, no interior destas tramas. Materialmente, há uma cidade grande e uma cidade pequena, mas, para o sujeito, há o espaço que habita, onde transcorre sua vida cotidiana e onde tece suas redes de relações.

Obviamente não estou a negar os estudos que se dedicam a compreender a natureza das cidades, as quais precisam responder às demandas da população através de seu bem estar, da atividade produtiva e oferta de serviços. Há estudos que definem critérios para que uma aglomeração seja considerada cidade, tais como: o critério demográfico; o atendimento das demandas básicas populacionais; que a população residente em seu interior seja maior do que a residente em seu entorno; a fixação do número de estabelecimentos industriais e comerciais; a renda; a vida social e cultural da cidade e sua área de influência. São diferentes referenciais, os quais são utilizados ao se denominar uma cidade como de pequeno, médio e grande porte. Sem desconsiderar a relevância destas discussões, apenas

estou, como estudiosa no cotidiano, colocando em destaque o modo pelo qual as pessoas comuns se referem ao seu lugar. Os referenciais para quem toma a vida cotidiana como sinalizadora, são outros. Dentre estes referenciais, é possível encontrar algumas práticas que só têm sentido em cidades pequenas. Quando um carro de propaganda volante passa anunciando um falecimento, por exemplo, sei que estou em uma cidade pequena: esse tipo de anúncio só é possível onde o que é anunciado faça sentido para os que o ouvem. Observo, portanto, um aspecto não considerado na classificação de um município como sendo um “município de pequeno porte”: o que dizem os habitantes sobre a sua cidade. As cidades denominadas como “pequenas”, nesse texto, assim o são porque é dessa forma que seus habitantes a elas se referem: “eu moro em uma cidade pequena.” Desprovida de qualquer fundamentação científica ou referência teórica, esta nomeação é legitimada pelo “uso”.

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira delas, estabeleço conversações com algumas especificidades e temporalidades das cidades pequenas, através da inserção de um fragmento trazido de um diário de campo. Estas conversações resultam no diálogo com a “Sociologia das Ausências”, posta pelo professor Boaventura de Sousa Santos (nascido em Quintela, uma pequena cidade portuguesa). Na segunda seção, minha atenção é voltada à entrada do observador externo na cidade pequena e à sua aproximação das redes complexas que tecem as relações no lugar. Aponto ainda as contribuições de procedimentos empregados em Etnografia, na História Oral e nas Pesquisas em Cotidianos como pertinentes aos estudos em uma cidade pequena. Na segunda seção, portanto, são consideradas, sucintamente, algumas questões referentes ao processo e produto dos estudos nestas localidades. Por fim, são apresentadas as conclusões.

Hoje, o rei sou eu

Há alguns anos, estava despretensiosamente assistindo a um programa¹ exibido pela TV Escola, intitulado “Linhas, Formas e Cores”. Em dado momento, foi apresentada a obra de um desenhista, produzida durante o século XIX. Ignorante que sou das formas canônicas de interpretação da arte, mas entregue à apreciação da beleza do trabalho, ouço o locutor dizer que, em seu desenvolvimento profissional, o desenhista se dedicou a buscar um traço puro e despojado, isento de detalhes. Para o artista, “os detalhes são tagarelices que temos de calar”. O que me interessou nesta afirmação não foi o que desenhista disse, mas o que o dito provocou em mim.

Durante a apreciação de seus belos desenhos, traçados com poucas linhas, detalhes não cessavam de “tagarelar” para mim. Era possível encontrar detalhes e “tagarelices” onde o artista, por seu próprio estilo e preferência, não os produzira. Na relação entre o observador e aquilo que observa, os sentidos não são definidos tão somente pela percepção de quem olha ou pela intenção de quem se mostra. Não é possível controlar quando uma ocorrência irá afetar alguém, ou quando este alguém se permitirá ser afetado por algo, ou o que resultará de tudo isso. Esta impossibilidade, contudo, reside tão somente na

imprevisibilidade da ocorrência, e não na ocorrência em si. Não sabemos quando, como, onde, ou porque algo irá nos afetar em nossa vida cotidiana, mas temos permanentemente a certeza de que algo surpreendente poderá acontecer, a qualquer momento, em qualquer lugar. Esta certeza, contida na incerteza, é parte do que torna a vida bela, é parte do que nos põe em movimento diariamente.

Em continuidade ao programa que decretava a morte das “tagarelices”, o locutor passou a apresentar alguns desenhos de Da Vinci. Em sua fala, informou que o famoso artista aconselhava jovens pintores a sempre manterem consigo uma caderneta, de forma a que, durante um passeio, enquanto se divertissem, também pudessem perceber e rabiscar, em traços rápidos, os gestos das pessoas ao falar, rir, discutir. Da Vinci entendia que sua arte era proveniente da vida, e que esta vida, portanto, não podia passar despercebida. A qualquer momento, outro modo de sorrir, outro gesto com as mãos ou outra forma de repousar os pés poderia se mostrar ao artista, surpreendendo-o. Daí a caderneta, para as anotações. Daí o conselho à abertura à vida, aos habitantes do cotidiano, à aprendizagem contínua.

Os conselhos dos artistas seguem em direções opostas no que se refere a perseguir os detalhes ou eliminá-los. A eliminação das “tagarelices” caminha no sentido de purificar a observação do que a torna confusa, focando no objetivo principal e se atendo a ele – o que reforça a ideia da especialização. O conselho por transpor caminhadas distraídas em caminhadas interessadas na vida sobrepõe o que se mostra, àquilo que se busca. Aqui, não há recortes ou especializações, pois que todas as “tagarelices” são bem vindas.

Trago as diferentes orientações dos artistas neste momento para, em sua companhia, “pincelar” uma primeira cor: a vida, em cidades pequenas, mostra-se, sobretudo, nos detalhes. Sem a intenção de compará-la a outros espaços urbanos, penso que a cidade pequena é muito propícia ao encontro entre os sujeitos, dada a sua reduzida dimensão material. A cidade é pequena, e isso favorece enormemente os encontros, a observação, o ver novamente, o desejo de saber o que se passa. O “olhar para o outro”, neste lugar, é acompanhado do “mostrar-se para o outro”, de forma que as redes de pertencimento a determinados grupos, espacialidades e temporalidades, sejam explicitadas. Estas tramas, contudo, não são facilmente perceptíveis, pois que residem nos sentidos postos por aqueles que as habitam; para o observador externo, resta perseguir os detalhes e, quem sabe, encontrar alguma pista que desvele as lógicas presentes.

Em viagem, cheguei a uma pequena cidade atravessada pela rodovia RJ-116, na qual me deslocava. Esta cidade é constituída por apenas uma longa rua – a rodovia – e é ali que o cotidiano dos moradores acontece. Neste dia, 14 de setembro, era festejado o aniversário da cidade e a comemoração ocorria por meio de um desfile cívico/alegórico/escolar. Sendo a única rua da cidade, esse trecho urbano da rodovia foi transformado em passarela: durante aproximadamente duas horas o tráfego da rodovia estadual foi interditado, avolumando-se crescentemente o número de automóveis e caminhões parados em fila. Eu estava entre eles. Era impossível ir ou voltar, assim como era impossível abandonar o carro e caminhar até o local do desfile para observar o

evento. Eu estava entregue ao imprevisto: impossibilitada de prosseguir a viagem, de retornar em busca de outro caminho ou de assistir ao desfile – já que havia a possibilidade do trânsito ser liberado repentinamente e eu estar distante do automóvel. Permanecer durante duas horas estacionada em uma rodovia aguardando o término de um desfile de aniversário da cidade foi uma experiência interessante. Ao meu redor, os outros motoristas apresentavam comportamentos diferenciados, às vezes calados e entregues ao manejo de seus telefones móveis, às vezes numa crescente irritabilidade. A indignação de alguns deles não se dava apenas pela interrupção do tráfego para que a cidade desfilasse, mas também por não haver, na estrada, qualquer sinalização que alertasse os motoristas: “é uma arapuca, a gente viajando e, de repente, estamos presos aqui sem saber quando vamos prosseguir. O pior é que ninguém informa nada” – disse um motorista. Este motorista que acusava a inexistência de informações estava estacionado à minha frente, e nós dois, próximos, por várias vezes indagamos dos transeuntes a respeito do término do desfile e da liberação do trânsito. As pessoas, contudo, traziam informações as mais diversas, sendo que o interesse principal – o tempo que restava para a finalização do evento – era sempre deturpado. “Daqui a pouquinho acaba”, disse uma senhora. “Ah, acho que demora ainda uma hora”, disse outra. “Olha, o Estadual ainda nem desfilou, então vai demorar muito mesmo”; “Acho melhor vocês descerem e procurarem um lugar pra jantar, antes da meia noite ninguém sai daqui [risos]”; “Aproveita que parou e aprecia o desfile”. Atrás de mim, uma motorista ficou indignada, considerou isso uma ofensa: “Estão debochando da gente.” Estavam? Sim, mas não se tomarmos o “deboche” com o significado que lhe confere o dicionário: “troça, zombaria, desprezo ostensivo e zombeteiro, escárnio”. O deboche, aqui, poderia ser interpretado de outra forma. Aquela era uma cidade pequena, de uma rua só. Essa rua, trecho de uma rodovia. Anteriormente calçada com paralelepípedos, há aproximadamente dois anos a cidade-de-uma-rua-só foi completamente asfaltada. A única rua, parte da rodovia, finalmente integrava sua pavimentação ao todo maior do qual fazia parte. A cidade era devorada pelo asfalto, e isso a transformava, conferindo-lhe uma espécie de máscara moderna. Atravessando a cidade-de-uma-rua-só em viagens semanais, acompanhei, após o asfaltamento, algumas mudanças: o fechamento das janelas das casas, antes abertas (a limpeza da poeira era muito mais simples do que a limpeza do pó asfáltico); a população caminhando nas estreitas calçadas (antes caminhavam pela rua); o comércio instalando fachadas de vidro (as lojas eram totalmente abertas à rua); a construção de redutores de velocidade; a intensificação da vigilância do trânsito pela guarda municipal; o surgimento, entre os moradores, da prática diária de “lavar a rua”. Eles acordam, acionam as mangueiras de água e lavam o asfalto para amenizar a sujeira no interior de suas casas. Mesmo assim, estão felizes, não aprovaram o desvio da rodovia, gostam do movimento de sua cidade-rodovia. Mas voltemos ao deboche. Pela cidade-de-uma-rua-só, os viajantes passam. Apenas passam. Os moradores voltam o olhar para quem passa, e quem passa deixa apenas a poeira – que agora é uma espécie de graxa negra que se fixa nos mínimos lugares das casas. A cidade pequena desejou a permanência da rodovia por onde passam os que não permanecem. Nesse dia,

porém, era comemorado o aniversário da cidade e ela desfilava. Era a cidade pequena que se mostrava, enquanto se via. Nesse dia, quem passava, parou. Coisa imaginada e tão raramente realizada, nesse dia quem se movimentava parou, enquanto quem se limitava a observar os que rapidamente passavam, desfilou. Foi visto, se mostrou. O deboche, portanto, aparentemente não se reduzia a uma afronta, pois que era um indício a dizer: “olhe para mim”. Sem alternativas para o prosseguimento da viagem, me entreguei à observação. À minha frente, distante aproximadamente uns 200 metros, o desfile se desenrolava. Eu podia ouvir as bandas, sentir o cheiro da pipoca e do churrasquinho, visualizar a iluminação, a fumaça dos fogos de artifício, mas não podia ir até lá. A qualquer momento a pista poderia ser liberada e eu me tornaria o obstáculo para o trânsito, caso resolvesse me afastar do carro. Parada ali, porém, acompanhava o movimento que vinha em minha direção. Algumas famílias retornavam para suas casas acompanhando seus filhos após terem desfilado. Crianças, adolescentes e jovens bem trajados, cabelos penteados, meninas maquiadas. Roupas brancas impecavelmente brancas, roupas coloridas impecavelmente coloridas, tudo bem passado a ferro, bem ajustado, arrumado. Muitas pessoas desfilavam na praça em frente à prefeitura e depois caminhavam pela única rua da cidade, exibindo-se para a fila de automóveis e caminhões paralisada. Eles percorriam a rua, em passeio, e depois voltavam, para ir outra vez. Esse desfile trazia personagens diversos, passando por ali princesas, soldadinhos, sapos, bailarinas e tantos outros. Desta vez, não se apresentavam em grupos homogêneos compostos pela organização do desfile oficial, mas mostravam-se imersos em suas redes de relações. Um “escravo”, portanto, passava alegremente abraçado a uma “rainha”. “Vocês vão ter que ficar aí, não tem jeito!” – disse uma moradora da cidade. Eu observava e imaginava o que pensariam os habitantes: “hoje é o nosso dia, hoje é a nossa vez. Hoje são vocês que se quedam a nos observar, hoje trocamos de lugar e vocês vão viver a experiência de ficar, enquanto o outro vai.” Convencionalmente, “o outro que vai” no interior dos automóveis ou dos caminhões carregados de produtos industrializados, se inscreveria junto ao maravilhoso “moderno”, e, a quem fica, restaria a percepção de habitar um tempo lento, anterior à modernidade. Trata-se, aqui, de uma curiosa projeção na qual, na vida moderna, residiria o que supostamente faltaria a quem não faz parte destes deslocamentos: o usufruto de uma vida “melhor” através dos signos do moderno. Parada ali, eu continuava a imaginar o que pensariam os habitantes: “durante o desfile de aniversário da minha cidade, quem se move é obrigado a interromper uma viagem que, todos os dias, a mim só resta observar. Por isso me visto de rei e me mostro a você; hoje, o rei sou eu.” (Diário de Campo, set. 2013).

Martins (2000) relata que Henri Lefebvre (nascido em Hagetmau, uma pequena cidade francesa) trabalhava com a ideia das múltiplas temporalidades da realidade social. Segundo ele, a sociologia convencional lida com a ideia de uma única temporalidade, enquanto as pessoas comuns habitam cotidianidades atravessadas por ritmos desiguais. A modernidade, para Lefebvre, não seria o moderno e o usufruto de signos do moderno (tais como as novas

tecnologias e produtos industrializados), mas a multiplicidade e simultaneidade dos tempos. É possível encontrar diversas modalidades de tempos em nossa realidade contemporânea.

No espaço das cidades pequenas, assim como em qualquer outra cidade do planeta, coabitam práticas que mostram a complexidade da questão *espaçotemporal*: enquanto os desdobramentos de uma crise econômica mundial afetam suas possibilidades materiais de vida, um habitante espia o vai e vem das pessoas, sentado no banco da praça – tempo histórico e tempo da vida cotidiana ocorrendo, simultaneamente. Em sua pequena cidade, esse habitante é capaz de fazer uma caminhada pela manhã, cumprir sua jornada de trabalho, almoçar em casa com a família, ir ao posto de saúde, ir a um velório, fazer compras no mercado, visitar a tia no hospital, navegar na *Internet* e ainda ter uma boa prosa com o vizinho na calçada de casa – tudo isso em um dia só. Sua inserção na vida moderna não estaria reduzida ao acesso aos signos do moderno, majoritariamente presentes em grandes centros, mas à sua inserção irreversível no tempo histórico e no tempo da vida cotidiana. É no prato de comida das pessoas que o capitalismo acontece.

Contudo, há um pensamento hegemônico que reduz o moderno a seus signos, e isso é feito assim de forma a tornar “menor”, grande parte da população. Se há uma ideia de que a modernidade é o destino final de um fluxo que a humanidade deverá percorrer, esta ideia também implica em que aqueles que não se esforçam neste sentido serão considerados “menos”. Nas sociedades atuais, onde a “modernidade” é projetada como modelo que se deve almejar, e onde o acesso a ela é restrito à posse de seus signos, uma enorme parcela da população é submetida ao apagamento. O caipira, por exemplo, não é inferiorizado pela avaliação que se faz de seus conhecimentos, mas pelo fato de não fazer parte de uma onda consumidora do moderno. Esta hipotética avaliação, aliás, nem seria possível, pois os conhecimentos dos grupos subalternizados são produzidos como inexistentes (Cf. Santos, 2006). Os conhecimentos dos trabalhadores das áreas rurais são, em grande parte, anônimos, devido à predisposição por considera-los como senso comum, e sobre o senso comum ainda impera a ideia de que não se trata de conhecimento, mas de “crendices”. A impossível distinção entre a urbanidade das cidades pequenas e seu entorno rural “contamina” os habitantes da cidade com esta lógica capenga, e as gentes da roça e as gentes das cidadezinhas são rotuladas como simplórias e inseridas na categoria das “gentes sem importância”.

Em interessante filme intitulado “Os deuses devem estar loucos”², podemos acompanhar a história de uma pequena aldeia para onde é lançada, a partir de um avião, uma garrafa de refrigerante. Este objeto é o primeiro artefato industrializado ao qual a população da aldeia tem acesso, e, em pouco tempo, as pessoas atribuem a ele usos diferenciados. No filme, a presença deste signo do moderno provoca na população sentimentos jamais experimentados, tais como inveja, ciúme, cobiça, raiva. Estes sentimentos afetaram profundamente a aldeia, que desconhecia a lógica que condiciona a plenitude da vida à posse de artefatos modernos. A existência da aldeia era fundada na partilha e, até então, eles não haviam feito uso de qualquer artefato industrializado para sentirem-se felizes. A gigantesca ideia de que a modernidade implica no usufruto dos signos do moderno, e de que só são felizes as pessoas merecedoras disso, não cabia naquela

pequeníssima aldeia. O filme leva a pensar sobre a imposição da lógica que condiciona a felicidade à modernidade, e também sobre os desdobramentos disso, ou seja, a seleção dos que podem ou não ser felizes.

Há algumas décadas, a base econômica da cidade pequena tem sido impulsionada em direção a um modelo de produção que ela não pode reproduzir. Talvez tomados como ícones desta modernidade inalcançável, os motoristas que atravessam a cidade-de-uma-rua só podem ser vistos como aqueles que são beneficiados pela modernidade. O deboche, portanto, não era direcionado a alguém especificamente, mas tratava-se de ironia depositada sobre a realidade social. Para existir, o deboche precisava repousar em algum lugar ou em alguém, e isso configurou o uso de uma situação momentânea, na denúncia de uma condição permanente. No deboche residiu a possibilidade de frear o que a ninguém é concedido impedir: “por duas horas, o mundo parou para ver a minha cidade passar”.

O deboche, aqui, manifesta-se dentre aqueles que não tiveram suas trajetórias desenhadas segundo a direção do gráfico ascendente, pois a imagem de “progresso” posta pela modernidade, não teve lugar na cidade pequena³. O moderno, contudo, manteve-se hegemônico; foi tomado como modelo e ápice da ascendência. Tomadas enquanto metáforas, a urbanidade moderna tornou-se o centro, e a cidade pequena, de uma rua só, a província. É possível encontrar, nos dicionários, definições de “província” que se referem a aspectos geopolíticos, históricos, religiosos ou geológicos de partes constituintes de um todo. Em comum, temos que estas partes foram separadas por algum tipo de divisão, inseridas em uma relação de oposição, submetidas a um poder central e comparadas com aquilo que não têm ou são. O provinciano, portanto, seria o habitante da província, o que não é da capital, o que não tem os modos “apurados” do centro. Seria aquele restrito ao pensamento local, o não-cosmopolita, o conservador que não se adapta ou, como consta no dicionário, o amatutado, caipira, roceiro, tabaréu. Esta classificação, ainda hoje, adentra o tecido social, alimenta juízos de valor, separa as pessoas e assassina o diálogo entre diferentes saberes.

De todo o exposto até o momento, gostaria de empreender uma espécie de conversação sobre algumas questões que, desde meu ponto de vista, se inserem por toda a trama que atravessa a dicotomia, a menorização e a resistência. No tecido social habita, segundo Boaventura Santos (2006), uma espécie de racionalidade que ele denomina como “indolente”, ou seja, uma razão incapaz de sentir, de se deixar afetar por algo que não seja seu objetivo expresso. A razão indolente seria fruto do pensamento liberal, do capitalismo, colonialismo e imperialismo ocidental. Para este autor, qualquer transformação social deve ser precedida ou conjugada ao combate a esta racionalidade, a qual tem produzido o “desperdício da experiência”.

Configurando um quadro hegemônico, a razão indolente não legitima a experiência social, a qual persiste como riqueza desconhecida, e porque desconhecida, uma riqueza desperdiçada. Há, no Brasil e no mundo, uma enormidade de experiências anônimas, e é importante considerar que sua adjetivação como “anônimas” não se refere à natureza própria destas experiências, mas aos modos como elas são produzidas pela racionalidade que impera. Esta razão suprema cria e dissemina cinco formas sociais de não-existência,

que são “o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo” (*Idem*, p. 105). Bastaria verificar as formas como as cidades pequenas são, às vezes, retratadas pela mídia e literatura, por exemplo, para encontrar ali todas estas adjetivações coladas à imagem da cidade. Este artigo, portanto, inscreve-se a partir de uma “sociologia das ausências”, uma vez que

[...] visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe [...] A sociologia das ausências visa, assim, criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social. [...] o objetivo da sociologia das ausências é revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas. (*Idem*, p. 102-115).

No livro “As vozes do mundo”, Boaventura Santos (2009) traz as experiências sociais de sujeitos diversos, organizadas em temas que abordam a democracia participativa, os sistemas alternativos de produção, o multiculturalismo progressista, a justiça e cidadania culturais, a defesa da biodiversidade, a defesa dos conhecimentos comunitários e o conhecimento do novo internacionalismo operário. Nestes relatos encontramos pessoas comuns que, em sua vida cotidiana, entrelaçam o exercício de seu ofício com alguma forma de defesa de grupos “invisibilizados”. Peço licença, portanto, para incluir nesta lista os habitantes do interior, os que vivem nas pequenas cidades, os que, mesmo presentes em todas as regiões deste país, pouco puderam mostrar sua força de expressão.

Detalhes são tagarelices que devemos ouvir

É possível que o pouco tempo despendido na observação de uma cidade pequena contamine as impressões do observador, levando-o a acreditar que tudo pode ser visto e compreendido rapidamente. A restrita dimensão material da cidade, constitutiva de sua natureza, pode produzir a ideia de que tudo pode ser abarcado com facilidade, através de uma mirada. Junto a isso, também é possível que referências externas influenciem este olhar, uma vez que parte expressiva do que é produzido em diferentes instâncias sobre cidades pequenas, emprega, como suporte, a caricatura de seus habitantes, a menorização do lugar pequeno e uma descrição empobrecida das práticas presentes. Mesmo que não coadune com estas impressões, o observador precisa se desvencilhar desta percepção hegemônica.

Em uma cidade pequena, o observador externo caminha por um campo onde os significados são produzidos e partilhados por seus praticantes e, mesmo vivenciando qualquer tipo de interação dentro deste campo, este observador está, a princípio, do lado de fora. As redes que conectam os habitantes das cidades pequenas são tramas bastante elaboradas e nada comprometidas com a fixidez, pois que se alteram permanentemente.

Suas entradas não são reguladas por uma lei geral, e, sendo assim, a possibilidade de se conhecer proximamente as relações entre os sujeitos é ameaçada permanentemente por seu contrário.

Procedimentos empregados em Etnografia, na História Oral e nas Pesquisas em Cotidianos são pertinentes às reflexões sobre a entrada em uma cidade pequena. Durante seus estudos etnográficos em uma aldeia balinesa, Geertz (1989) se deparou com uma situação na qual, mesmo se relacionando com os moradores locais no interior da aldeia, sentia-se do lado de fora, como um “ente desencarnado”:

A indiferença, sem dúvida, era estudada; os aldeões vigiavam cada movimento que fazíamos e dispunham de uma quantidade enorme de informações bastante corretas sobre quem éramos e o que pretendíamos fazer. Mas eles agiam como se nós simplesmente não existíssemos e esse comportamento era para nos informar que de fato nós não existíamos, ou ainda não existíamos. (p. 185).

Quem define, em uma cidade pequena, se um “forasteiro” será incluso ou não, são os habitantes da cidade pequena. Ignorar quem chega é uma forma de demarcar seu lugar, mas não se engane, pensando que não está sendo visto. Uma cara nova é rapidamente percebida e comentada por entre as redes locais. Às vezes, esta cara nova consegue acessar a entrada, consegue entrar, mas permanece se sentindo do lado de fora. Estar “do lado de fora”, contudo, não se refere a uma dimensão física, mas a não ter acesso aos significados locais. Mas voltemos à questão da cara nova na cidade.

Por duas ocasiões tive a oportunidade de morar em duas diferentes cidades pequenas. Conhecedora de parte das dinâmicas que se processam entre os habitantes – uma vez que também sou nascida e criada em uma cidade do mesmo porte – pensava interessadamente sobre as relações que empreendia com os moradores locais. As novas relações que estabelecia com os vizinhos, com o comércio local, com a sociedade em geral, tudo isso me interessava. Perto de casa, havia uma padaria. Todos os dias eu adentrava o recinto, comprava o pão, ia embora. A balconista e a moça do caixa me tratavam simpática e educadamente, mas todos os dias eu tinha a sensação de entrar ali pela primeira vez. Penso que, provavelmente, elas queriam saber quem era aquela mulher desconhecida que comprava pão diariamente, mas, indagar sobre isso, implicaria em “abrir a porta” – daí elas não me perguntavam nada. Um dia, de caso pensado e calculado, eu disse a elas “o pão daqui é tão gostoso, parece o da minha cidade”. Quando fiz referência à “minha cidade”, dei pistas de que também morava em uma cidade pequena e, assim, modifiquei minha “ficha” na padaria. Isso foi o suficiente para que eu “autorizasse” a conexão, e então elas perguntaram qual era a “minha cidade”, o que eu fazia ali, onde trabalhava; a partir desta conversa, eu passei a entrar na padaria como se fizesse parte daquele lugar, não era mais uma estranha.

Durante a temporada em que morei em outra cidade pequena, dentre as preocupações com a nova vida que me aguardava, havia uma sobre a qual eu decididamente não me ocupava: a adaptação ao lugar. Estava saindo de uma cidade pequena para outra, apenas

mudaria de cenário, as referências permaneceriam as mesmas.

Engano meu. Já morava em Diamantina/MG há uns três meses, e ainda não compreendia as dinâmicas da cidade. Embora não conseguisse delimitar o que desejava conhecer, eu sabia que aquela cidade não se encaixava no “modelo” de cidade pequena que eu havia estruturado – um modelo tão bom, fruto de minhas andanças por várias delas.

Fui à busca da praça, e não a encontrei no centro da cidade: estava fincada próxima a uma das “entradas ou saídas” de acesso, e frequentemente vazia. Eu ia até lá, sentava-me em um banco, ficava olhando. Pouco. Quase não havia crianças brincando, namorados namorando, gente esperando. Fui à busca das pessoas conversando amistosamente pelas calçadas e da espreita da vida alheia que era olhada enquanto se mostrava ao olhar. Pouco. Encontrava calçadas desertas de gentes que tornavam mais lindo ainda o casario, e ruas repletas de gentes que caminhavam em direções diversas.

Custei a perceber que meu modelo de cidade pequena não funcionava, porque simplesmente não existia. Eu estava presa em uma armadilha reducionista e buscava fazer coincidir a cidade com as minhas expectativas. Para mim, o observatório por excelência deveria ser a praça. A praça deveria ser o espaço para o encontro, o lugar para a parada. Ah, não era.

Estava tudo ali, diante de mim, mas eu demorei a compreender. Suas edificações, datadas do início do século XVIII, são delimitadas por estreitas calçadas e pequenas ruas destinadas, inicialmente, ao trânsito de carroças e mulas. É um malabarismo caminhar pelas calçadas de Diamantina, então as pessoas caminham pelas ruas. As calçadas – conhecidas como “pedreiras” – são utilizadas pelas pessoas como assentos, e foi sentada na pedreira, que um dia consegui compreender o que me instigava.

Pois eu estava sentada na pedreira da casa do Sr. Bispo, olhando para a casa da Chica da Silva e admirando aquela beleza toda, quando notei que outras pessoas também estavam sentadas pelas pedreiras. Apreciando a casa da Chica, detive minha atenção sobre as janelas que são adornadas por treliças de madeira conhecidas por muxarabiês e que, segundo me contaram, foi uma ideia trazida por seu marido, o contratador, de suas viagens pelo mundo árabe. Chica não era muito querida pelas senhoras da ocasião, então as treliças nas janelas favoreciam a que ela espiasse a perambulação alheia, sem que fosse vista. Eu sabia disso, já havia inclusive sido fotografada sorridente na janela da Chica; o que eu ainda não sabia, e que só notei nesse dia em que estava sentada na pedreira da santa casa, é que todas as janelas das casas ao redor também eram adornadas por muxarabiês.

Na rua da Chica todinha, as casas e seus muxarabiês. Fiquei maravilhada e fotografei cada uma das janelas. Dali fui em direção ao Beco do Motta, e depois ao Beco da Baiúca, ao entorno do Mercado Velho – e era tudo muxarabiê. Passei a tarde do domingo fazendo fotos até esgotar a memória da câmera fotográfica com tantas janelas. Esta experiência dissipou a concepção que eu empregava sobre a cidade pequena, onde em sua disposição cartográfica, a praça ocupa o lugar central. Em Diamantina não havia um centro, pois que toda a cidade era um observatório permanente, onde as pessoas viam a partir de suas casas sem serem vistas, um panóptico gigantesco.

O modelo convencional de cidade pequena, com a praça ao centro, não existia ali. Os

olhares eram provenientes dos muxarabiês; era a partir do interior de suas casas que os habitantes acompanhavam o movimento da cidade sem que sua intimidade fosse desvelada. Depois dessa experiência, a de ser continuamente observada sem ver, minhas andanças pelas ruas se impregnaram da sensação relatada por um dos personagens do filme “O ponto de Mutação”⁴ quando, adentrando um castelo medieval na França em companhia de um amigo, lhe diz: “você sente o lugar observando você?”.

Quem mora em cidade pequena não conhece todos os outros moradores da cidade, mas sabe perfeitamente quem é dali, e quem não é. Seus habitantes não constituem uma grande família, mas uma história densa mediada pela restrita configuração material do lugar. Isso configura duas categorias de desconhecidos: aquele que é proveniente de outras paragens, e que por isso não está imerso nas redes de significações, e o “desconhecido familiar”, residente do lugar. Quanto a esse, não é necessário que se saiba nome, endereço e ocupação, pois seu pertencimento ao lugar já lhe garante a participação na tessitura da vida cotidiana local. Um desconhecido familiar provavelmente compartilha conhecimentos sobre a cotidianidade que contribui para tecer, e seu anonimato é facilmente desvelado.

A adoção de procedimentos tais como a observação e a entrevista, durante pesquisas em cidades pequenas, devem incluir cuidados referentes a como o observador é observado. O acesso aos significados compartilhados pelos habitantes depende menos do esforço intelectual do pesquisador para acessá-los, do que da permissão concedida por quem os detém. Junto a isso, é importante ressaltar que, antes do pesquisador descobrir quem são as pessoas do lugar, elas vão descobrir quem ele é. Em continuidade à referência de Geertz (1989), encontramos o divertido relato da ocasião em que conseguiu acessar a população local. Ele e sua esposa estavam assistindo a uma briga de galos na praça da aldeia, quando a polícia chegou. Envolvida em um evento ilegal e sabedora disso, a população correu em disparada e, em um daqueles momentos em que se faz primeiro para pensar depois, Geertz e esposa se meteram em carreira também. Esse evento alterou por completo as relações entre os pesquisadores e os habitantes:

Na manhã seguinte, a aldeia era um mundo completamente diferente para nós. Não só deixáramos de ser invisíveis, mas éramos agora o centro de todas as atenções, o objeto de um grande extravasamento de calor, interesse e, principalmente, de diversão. (*Idem*, p. 187).

Enquanto os pesquisadores tentaram uma aproximação do tipo “estar próximo”, não conseguiram qualquer proximidade, apesar de estarem perto das pessoas. Estar perto não garante que se esteja junto, assim como estar distante não implica em estar separado. O relato de Geertz ensina que as conexões necessárias ao compartilhamento de significados e o acesso ao outro não dependem somente da boa vontade do pesquisador, e nem são resultados de seus esforços neste sentido. Uma fuga desenfreada serviu muito bem a Geertz, embora não tenha sido intencionalmente executada a partir de planejamento prévio. A fuga foi obra do acaso, e a partir dela aprendemos que, se aguardar a chegada da polícia não é a regra para adentrar nos cotidianos alheios, a abertura ao inusitado pode contribuir

enormemente. O texto convida a que a rigidez metodológica seja abandonada e que a aproximação ao objeto considere os movimentos próprios do campo em que se adentra, de forma a toma-los como recursivos.

Em cidades pequenas, o tamanho do lugar favorece a que as pessoas se encontrem várias vezes, em diversos lugares e espaços sociais. Faz parte da dinâmica do lugar que as pessoas se olhem, afinal, a probabilidade de cruzar pelas ruas com alguém conhecido é enorme, quase a lei. Um habitante sai de sua casa em direção ao mercado; caminha pela calçada e... “oi”, “bom dia”, “olá”, “oi de novo, estamos nos encontrando muito hoje, hein?” – isso todos os dias, sempre. A certeza de que irá cruzar com pessoas conhecidas predispõe o sujeito a olhar para o outro, porque sabe – e sabe bem – que sua rede de relações está sempre ali, ao alcance do olhar.

A grande incidência de encontros em cidades pequenas, portanto, predispõe ao olhar contínuo sobre quem passa. Uma breve mirada abarca um universo de percepções diferenciadas, e quem olha também é visto; aliás, em cidades pequenas não faz muito sentido olhar sem ser visto. Quem caminha pelas ruas e observa os transeuntes não o faz de forma unidirecional, mas busca capturar em seu olhar, o que vê de si, refletido pelo outro. O outro, na cidade pequena, carrega consigo algo das histórias individuais dos demais, e a troca de um olhar entre duas pessoas revela, para ambas, como seus reflexos são produzidos. Digo do hábito que as pessoas de cidades pequenas têm de se olharem entre si para ressaltar que neste olhar habita uma linguagem, que este olhar diz coisas, e que estas coisas só podem ser conhecidas, se reveladas por quem as produz.

Assim, as contribuições da História Oral são bastante interessantes para o conhecimento das relações e dinâmicas presentes nas cidades pequenas. Aprendemos com Portelli (1997) que, através da História Oral, os investigadores buscam acessar a experiência individual, trilhando as reminiscências da memória e, principalmente, os sentidos que foram resguardados pelos sujeitos. Em sua atividade, os investigadores dedicam-se à “arte de ouvir” (p. 22), sendo que esta escuta é delineada a partir da expectativa de que o outro os irá surpreender. Em História Oral e nos estudos em cotidianos há um pressuposto que impregna todos os procedimentos do pesquisador: ele acredita no outro. Acreditar no outro, aqui, não implica na determinação prévia de que o dito será uma “verdade”, mas uma crença em que todas as pessoas dispõem de saberes e atribuem significados à vida. A origem destes significados, que tanto interessam nas pesquisas em História Oral e nos estudos da vida cotidiana, advém do compartilhamento do senso comum entre os sujeitos, e o acesso a eles prescinde de delicada aproximação:

O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos. A significação da ação é, de certo modo, negociada por eles.

(Martins, 2000, p. 60).

As orientações advindas da História Oral são pertinentes ao conhecimento das dinâmicas das cidades pequenas, onde a memória é resguardada pelo fato de que indícios de sua ocorrência são mantidos bem próximos aos sujeitos. Esta proximidade coloca em evidência o problema da observação, e Portelli (1997) sinaliza que, durante as conversas empreendidas com os sujeitos, é preciso que haja reciprocidade e abertura mútua, uma vez que não há distinção entre quem observa e quem é observado: “Por que devo eu esperar que outros me falem de sua vida se eu não me mostro disposto a contar algo a respeito da minha?” (p. 22). As conversas em História Oral não apresentam somente aquilo que o investigador privilegiou destacar, mas resultam em “um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores.” (p. 27).

Conversa-se muito, em cidades pequenas – e conversas são processos de negociação sem vocação alguma para o desvelamento. Às vezes, quando aparentemente uma mesma lógica é compartilhada por dois interlocutores, pode ocorrer de um deles esconder o que pensa, ali, exatamente em seu contrário. Martins (2004) trata da questão da “dupla linguagem”, quando o sujeito emprega simultaneamente, naquilo que diz, duas lógicas distintas; quando expressa dois discursos antagônicos, ao mesmo tempo. Ele relata o caso de Galdino, um camponês que criou, nos anos de 1970, o “Exército do Senhor” na roça onde morava, no interior de São Paulo. Devido a seu misticismo foi acusado de curandeiro, depois de subversivo, depois de louco. Ficou preso por nove anos e ao ser solto não tinha mais família, trabalho, dignidade. Martins foi falar com ele, e Galdino não sabia mais quem era amigo ou inimigo. O ex-detento passou a falar, então, o que supunha que as pessoas quisessem ouvir, mas seus gestos diziam outras coisas.

Esta breve alusão à conversa diz dos cuidados a serem tomados durante a prática investigativa, mas também adentra a problemática que envolve seus resultados. A relevância de se pensar sobre o desenvolvimento de pesquisas em cidades pequenas não se refere somente a seu processo, mas também a seu produto. A proximidade impressa entre o trabalho investigativo, o campo, os sujeitos e os resultados do estudo dimensionam de forma peculiar esta relação. É bastante provável que os resultados de um estudo realizado em uma cidade pequena sejam lidos por seus habitantes, e estas leituras podem não coincidir com as expectativas do autor e do leitor. Certa vez publiquei um estudo onde afirmava, em um trecho, que “um certo lugar” era o “retrato do fim do mundo”. Como autora, optei por usar uma linguagem metafórica para me referir a um lugar onde a vida é geralmente descrita de forma caricaturada⁵, pois apostava na “ironia” (figura de linguagem) para, de alguma forma, denunciar que “fim do mundo” é uma qualificação pejorativa. Eu me posicionava a favor das pequenas cidades, onde habita uma riqueza cultural ainda desconhecida, mas a escolha do estilo literário não foi suficiente para garantir minha opção. Pois bem. Um habitante da cidade à qual eu me referia leu apenas um fragmento, entendeu que eu considerava seu lugar “o fim do mundo” e, não satisfeito, repassou sua interpretação para quem lhe desse ouvidos. Sem conhecer as opções teórico/epistemológicas presentes, e

mediado pelo conhecimento da permanente desqualificação do lugar onde vive, simplificou o que estava escrito e compreendeu somente aquilo que costumava perceber no discurso alheio.

Em cidades pequenas, a relação entre leitor e texto não é mediada pelo distanciamento, mas pela intimidade e sentimento de pertencimento. Trata-se de um texto sobre “a minha cidade” – dirá o leitor. Ao ler o trabalho, o leitor irá dizer a quem lhe for próximo sobre suas impressões, pois tudo lhe é tão íntimo: o autor, o texto ou o lugar sobre o qual se fala (o “seu” lugar). Ao mesmo tempo em que isso é maravilhoso, já que a missão dos estudos é contribuir com a realidade social, também produz outras implicações. É possível que o leitor tome esta leitura a partir dos moldes da leitura de magazines, e que os achados de pesquisa sejam abstraídos de seu contexto teórico. Não se trata de uma leitura menor; trata-se de uma leitura mediada por outros suportes – suportes que podem fazer com que o “fim do mundo”, originalmente registrado como denúncia à menorização do que é pequeno, seja compreendido como crítica ao lugar onde se vive.

É sabido que o trabalho investigativo não tem a intenção de render homenagens ou atribuir juízo de valor ao que quer que seja. Imerso em uma teia de significados, seus resultados geralmente são lidos por uma comunidade científica interessada na temática abordada. Dificilmente a população em geral acessa artigos científicos e acadêmicos; seus resultados adentram o tecido social lentamente, por vias diversas. Ocorre que, em uma cidade pequena, quando um de seus moradores publica um artigo, isto é tomado como um “acontecimento” e surgem muitos leitores interessados. O interesse não se direciona completamente ao artigo em si, mas ao fato de ter sido escrito por um conterrâneo. Complementar a isso, um artigo sobre uma cidade pequena, publicado por autoria externa em veículos de circulação nacional, também costuma despertar o interesse de muitos de seus moradores – às vezes independentemente do assunto ou do autor, pois aqui, a menção à cidade supera estas outras referências.

Esta manifestação diferenciada posta ao interesse – que sobrepõe o autor à sua obra, a cidade à obra ou a cidade ao autor – é muito comum em cidades pequenas. Enquanto em um grande centro o motivo principal para se assistir a uma peça de teatro ou ler um livro reside na peça teatral ou no livro em si, em cidades pequenas o interesse é forjado na relação que se tem com o conterrâneo envolvido nesta prática cultural. Obviamente isso não é uma lei geral, mas sua ocorrência é intensa. Quando um habitante de uma cidade pequena concede uma entrevista na TV, ou ocupa um cargo de relevância em Brasília, atua em uma novela ou faz parte de uma banda conhecida nacionalmente – tudo isso desperta um especial interesse nos habitantes que, neste momento, sentem-se conectados a uma prática de grande alcance. Trata-se de um deslocamento do pertencimento local, ao global. O sentimento de pertencimento, neste momento, ganha outras dimensões, afinal, é o garoto da “minha cidade” que está brilhando naquele filme. Este é, talvez, um momento em que se tem a impressão de paridade entre micro e macro, quando um sujeito se sente parte de uma comunidade geograficamente mais ampla, com a manutenção da sua. Esta é uma forma de distinção que, quando posta a um sujeito, afeta todos os demais, numa espécie de “distinção compartilhada”. “Conhece o palhaço Carequinha? Pois é, ele nasceu na minha cidade,

Carangola/MG.”

Vou concluir agora, porque preciso ir à rua

Está escrito no dicionário que “rua” é uma via pública urbana, ladeada por edificações diversas. Esta definição é facilmente compreendida por todos, e não deve haver quem dela discorde. Em cidades pequenas, porém, “rua” é também outra coisa: além de ser a via pública, é a referência a um local específico, geralmente, no centro da cidade. Trata-se da indicação de um lugar aonde se vai à busca da prestação de serviços ou inserção em relações sociais. Quando alguém diz “vou à rua hoje”, significa que vai se preparar minimamente e sair de sua residência com uma intenção específica; não vai simplesmente abrir a porta de casa e aparecer na calçada de chinelos. Se conto isso aqui na finalização deste artigo, é porque gostaria de insistir em que, como em qualquer outro lugar do planeta, as cidades pequenas tecem significados que lhes são bastante peculiares.

As tramas de sentidos são tecidas por aqueles que as habitam, seja em uma aldeia africana, em uma metrópole chinesa ou em uma pequena cidade no Brasil. Sobre esta, há muito que se conhecer, pois o único retrato que se tem, não pode mais lhe servir. A imagem da cidadezinha onde tudo se passa no entorno da praça, e o que se passa é cadenciado pela monotonia e esterilidade, não nos serve mais. Assim como não podem mais nos servir as imagens hegemônicas produzidas sobre outros *espaçostempos*, sobre outros sujeitos, e sobre criações diversas provenientes de pessoas comuns – pois ser comum é o que mais somos, somos todos comuns. Falo sobre cidades pequenas neste texto porque são elas que me estão próximas e me afetam neste momento, mas penso que este texto pode ser direcionado a quaisquer pessoas, espaços ou temas sobre os quais o mundo ainda insiste em manter sua ignorância. Conhecer o que se passa em uma cidade pequena empregando lógicas tecidas a partir de outros espaços urbanos, torna este estudo inteligível. Para Boaventura Santos (2006), é preciso o trabalho de tradução, o qual,

[...] visa criar inteligibilidade, coerência e articulação num mundo enriquecido por uma tal multiplicidade e diversidade. [...] A tradução é, simultaneamente, um trabalho intelectual e um trabalho político. E é também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo perante a uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática. [...] o trabalho de tradução é um trabalho transgressivo que, como o poeta nos ensinou, vai fazendo seu caminho caminhando. [...] o trabalho de tradução assenta num pressuposto sobre o qual deve ser criado consenso transcultural: a teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral (p. 129).

O expressivo número de cidades pequenas brasileiras e a expansão da interiorização do ensino superior são fatores que provavelmente conduzirão ao aumento dos estudos realizados nestas cidades. Mediados por procedimentos de investigação já consagrados,

estes estudos devem incluir preocupações voltadas à especificidade do lugar e às dinâmicas impressas por seus habitantes. Uma entrevista formal, a aplicação de um questionário, a produção de imagens – quaisquer procedimentos precisam ser cuidadosamente pensados antes de serem efetivados. Ao conceder uma entrevista ou responder a um questionário, mesmo que seu nome seja substituído por um pseudônimo, o depoente deverá mediar o que diz tomando como referência o que suas redes de relações poderão ler; quando o pesquisador produzir uma imagem, provavelmente haverá alguém, neste quadro, a observar o fotógrafo, como a infanta de Velásquez⁶.

Embora as questões de pesquisa, os procedimentos e o referencial teórico sejam os mesmos empregados em qualquer outro lugar, os estudos realizados em pequenas cidades precisam incluir preocupações epistemológicas acerca da inserção do pesquisador ali. Os problemas do mundo são encontrados nas cidades pequenas e também o seu contrário, mas há nas cidades pequenas dinâmicas e lógicas que lhes são próprias e que, de alguma forma, poderão interferir junto aos estudos realizados neste lugar. Neste artigo, busquei sinalizar a existência de algumas destas dinâmicas e lógicas, a importância por observá-las e o convite a desvelar outras mais, de forma que o pesquisador, ao adentrar uma cidade pequena, se deslumbre com a imensidão contida no pequeno.

Notas

1. Programa exibido em 14/6/2011 e disponível em <http://migre.me/53UgO>, (acesso em 15/6/2011).
2. *Os deuses devem estar loucos*, Botswana/África do Sul, 1980, cor, 109 min., Dir. Jamie Uys.
3. Infelizmente, em muitas cidades pequenas, o poder público e parte da população se dedicam a perseguir este “ideal de modernidade”, fazendo com que edificações, logradouros públicos, cerimônias tradicionais, celebrações particulares e outras práticas culturais mimetizem o que se passa em grandes centros urbanos. Não percebe, quem se dedica a este propósito, que ao projetar-se no outro fabrica sua própria caricatura e repete uma lógica que não lhe é própria – e nem aos seus.
4. *Ponto de Mutação*, França, 1991, cor, 111 min., Dir. Bernt Capra.
5. A indústria cultural, mais especificamente as novelas televisivas, geralmente expõem as cidades pequenas e seu entorno rural como fragmentos descolados do resto do mundo, onde o tempo parou e as pessoas são simplórias.
6. *As meninas*, Velásquez, 1656, óleo sobre tela.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. *Resumo Técnico. Censo da Educação Superior 2008*. (Dados Preliminares). Brasília: MEC/INEP, 2009. 55 p.
- BRASIL. *Resumo Técnico da Educação Superior de 2012*. Brasília: MEC/INEP, 2014. p. 138.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ENDLICH, A. M. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima. *Huellas*, Facultad de Ciencias Humanas/ UNLPam, Santa Rosa/Argentina, nº 15, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/v15a1lendich.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

- EZPELETA, J., ROCKWELL, E. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1986.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GONÇALVES, F. E. *Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do agreste potiguar*. 2005. 173 p. (Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- LACERDA, M. P. de. *A professora e o cotidiano da cidade pequena*. Niterói: EdUFF, 2014.
- MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cir. Bras*, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002.
- MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. Um homem sem anistia. *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 2004, p. 4. Disponível em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAACAQAL/homem-sem-anistia-jose-souza-martins>>. Acesso em: 10 jul. 2013.
- PORTELLI, A., Tentando aprender um Pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, abr. 1997. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>>. Acesso em: 25 ago. 2014.
- SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo*. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *As vozes do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SARAMAGO, J. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VEIGA, J. E. da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2003.

Correspondência

Mitsy Pinheiro de Lacerda – Professora do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal Fluminense, Campus de Santo Antônio de Pádua. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cotidianos/UFF

E-mail: mitsypinheiro@id.uff.br

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização da autora.
